

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA

HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA

A imprensa diante da recessão e do *impeachment*: estudo da cobertura do fim do governo de Dilma Rousseff e o início do Governo Michel Temer

JUIZ DE FORA
2025

HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA

A imprensa diante da recessão e do *impeachment*: estudo da cobertura do fim do governo de Dilma Rousseff e o início do Governo Michel Temer

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da **Universidade Federal de Juiz de Fora**, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Lourival Batista de Oliveira Junior

JUIZ DE FORA
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Oliveira Souza, Henrique.

A imprensa diante da recessão e do impeachment : estudo da cobertura do fim do governo de Dilma Rousseff e o início do Governo Michel Temer / Henrique de Oliveira Souza. -- 2026.

44 p.

Orientador: Lourival Batista de Oliveira Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2026.

1. Impeachment. 2. Enquadramento jornalístico. 3. Crise político-econômica. 4. Mídia e política.. I. Batista de Oliveira Junior, Lourival , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

FACULDADE DE ECONOMIA / UFJF

ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

Na data de 19/01/2026, a Banca Examinadora, composta pelos professores

1 – Lourival Batista de Oliveira Júnior - orientador; e

2 – Eduardo Gonçalves,

reuniu-se para avaliar a monografia do acadêmico HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA, intitulada: A imprensa diante da recessão e do impeachment: estudo da cobertura do fim do governo de Dilma Rousseff e o início do Governo Michel Temer.

Após primeira avaliação, resolveu a Banca sugerir alterações ao texto apresentado, conforme relatório sintetizado pelo orientador. A Banca, delegando ao orientador a observância das alterações propostas, resolveu APROVAR a referida monografia



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Goncalves, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2848389** e o código CRC **4EF7909C**.

RESUMO

A cobertura jornalística possui um papel fundamental na formação da percepção pública e na reação social diante de períodos de intensa instabilidade político-econômica. Este trabalho analisa a forma como os veículos de grande relevância e grande circulação cobriram o período entre o final do governo Dilma Rousseff (2014-2016) e o início do governo Michel Temer (2016-2018), um dos momentos mais intensos da história recente do Brasil, marcado por forte recessão, polarização política e o processo de *impeachment*. O objetivo principal é estudar como a imprensa influenciou a percepção e o desenvolvimento da crise, comparando os enquadramentos jornalísticos (*framing*), o tom editorial, a seleção de fontes e a linguagem empregada nos textos. A metodologia será de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo e a Análise Crítica do Discurso, com foco em matérias, editoriais e manchetes publicados pelos jornais. A hipótese central é que a imprensa atuou como um ampliador de legitimação discursiva, catalisando a percepção de insustentabilidade política no primeiro momento e, posteriormente, adotando uma abordagem distinta sobre as medidas de recuperação econômica do governo Temer. Os resultados buscarão identificar padrões narrativos que possam ter atuado na deslegitimação de um governo e na promoção de expectativas de recuperação econômica em outro.

Palavras-chave: imprensa; crise político-econômica; *impeachment*; enquadramento jornalístico; mídia e política.

ABSTRACT

Journalistic coverage plays a fundamental role in shaping public perception and social reaction during periods of intense political-economic instability. This paper analyze how prominent, high-circulation news outlets covered the period between the end of the Dilma Rousseff administration (2014-2016) and the beginning of the Michel Temer administration (2016-2018). This was one of the most intense moments in Brazil's recent history, marked by a severe recession, political polarization, and the *impeachment* process. The primary objective is to study how the press influenced the perception and development of the crisis by comparing the journalistic frames (framing), editorial tone, selection of sources, and the language employed in the texts. The methodology will be qualitative, exploratory, and descriptive, utilizing the techniques of Content Analysis and Critical Discourse Analysis, with a focus on articles, editorials, and headlines published by the newspapers. The central hypothesis is that the press acted as an active political agent, initially contributing to the construction of a climate of political unsustainability, and subsequently adopting a distinct approach toward the Temer administration's economic recovery measures. The findings will seek to identify narrative patterns that may have contributed to the delegitimization of one administration and the promotion of expectations for economic recovery in the other.

Keywords: press; political-economic crisis; *impeachment*; journalistic framing; media and politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matrizes dos grupos de comunicação no Brasil	14
Figura 2 – Os cinco filtros do Modelo de Propaganda	18
Figura 3 – Evolução da confiança econômica (2010-2015)	20
Figura 4 – Manchete da <i>Gazeta do Povo</i> sobre a retração do PIB	21
Figura 5 – Cobertura do <i>G1</i> sobre o resultado econômico de 2015	22
Figura 6 – Reportagem da <i>BBC Brasil</i> sobre a recessão	23
Figura 7 – Infográfico linha do tempo Brasil (2014-2018)	29
Figura 8 - Nuvem de palavras sobre Dilma gerada pelo CATMA	34
Figura 9 - Nuvem de palavras sobre Temer gerada pelo CATMA	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O gráfico de PIB histórico do Brasil

32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MÍDIA, ECONOMIA POLÍTICA E MODELO DE PROPAGANDA	12
2.1. Economia Política da Comunicação, propriedade dos meios e mercantilização da informação	12
2.2. Hierarquia da informação	15
2.3. O Modelo de Propaganda e seus cinco filtros na estrutura da comunicação	16
2.4. Linguagem econômica, ideologia e a construção discursiva da crise	19
2.5. Enquadramento, consenso e o deslocamento da estrutura econômica para a prática jornalística	25
3. O PAPEL DA MÍDIA EM CRISES INSTITUCIONAIS BRASILEIRAS COM FOCO NA COBERTURA DA CRISE DE 2014 A 2018	27
3.1. Delimitação e justificativa metodológica	27
3.2. Estratégias discursivas da imprensa durante a crise: enquadramento e agenda	28
3.3. Primeira fase da cobertura: 2014–2016, da recessão ao impeachment	31
3.4. Segunda fase da cobertura: 2016–2018, rearranjos narrativos e reorientação do discurso	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - USO DO CATMA	46

1. INTRODUÇÃO

O papel da cobertura jornalística na mediação entre os fatos e a percepção pública é uma questão fundamental, influenciando ativamente como a sociedade compreende e reage aos acontecimentos de um país. Em momentos de crise, essa atuação ultrapassa a simples função informativa, e se revela um elemento importante na formação da percepção coletiva e nos desdobramentos políticos e econômicos. O período entre 2014 e 2018 no Brasil, compreendendo o final do segundo mandato de Dilma Rousseff e o início do governo Michel Temer, representa um importante recorte de tempo a ser estudado, conhecido pela intensa retração econômica, alto desemprego, escândalos de corrupção e forte polarização.

A forma como a imprensa noticiou os eventos, desde o tom empregado e a escolha de fontes, até a prioridade editorial de certos temas, pode ter figurado como um elemento decisivo para acelerar decisões políticas e modular a opinião pública. No contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, torna-se pertinente questionar em que medida a cobertura da crise econômica e das articulações políticas auxiliou na construção de um clima de insustentabilidade. Em contraste, a cobertura da posse de Michel Temer sinalizou uma possível mudança de enquadramento, com uma abordagem mais calma ou esperançosa sobre as novas medidas econômicas.

O objetivo principal deste trabalho consiste em estudar a cobertura jornalística dos veículos de grande influência como O Globo, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, *BBC Brasil* e outros, e suas influências sobre a percepção e o desenvolvimento da crise político-econômica no Brasil entre o final do governo Dilma Rousseff (2014–2016) e o início do governo Michel Temer (2016–2018). A escolha desses jornais justifica-se por sua credibilidade histórica e pela importância que ocupam na mediação dos fatos junto à opinião pública no país.

Para isso, busca-se investigar as principais narrativas veiculadas pela imprensa acerca da recessão econômica e da instabilidade política no período. Assim como comparar os enquadramentos jornalísticos adotados no final do governo Dilma e no início do governo Temer, avaliando como manchetes, escolha de fontes e linguagem podem ter influenciado a confiança nas instituições, refletindo, por fim, sobre o papel da imprensa na construção de consensos, na deslegitimação de governos ou na promoção de expectativas de recuperação.

A histórica do PIB brasileiro, explicita a magnitude da retração que marcou especialmente o ano de 2015, recorte temporal frequentemente resgatado pela imprensa como

símbolo de deterioração econômica e fragilidade institucional e os eventos político econômicos entre 2014 e 2018, permite visualizar a sobreposição de choques econômicos e rupturas políticas que se tornaram frequentemente apresentada no noticiário, reforçando a percepção de que instabilidade macroeconômica e instabilidade política foram narradas como fenômenos mutuamente alimentados.

Para isso, busca-se investigar as principais narrativas veiculadas pela imprensa acerca da recessão econômica e da instabilidade política no período. Assim como comparar os enquadramentos jornalísticos adotados no final do governo Dilma e no início do governo Temer, avaliando como manchetes, escolha de fontes e linguagem podem ter influenciado a confiança nas instituições, refletindo, por fim, sobre o papel da imprensa na construção de consensos, na deslegitimação de governos ou na promoção de expectativas de recuperação.

Parte-se da hipótese de que a imprensa, a partir da forma como narrou os fatos, incluindo a linguagem e a seleção de enquadramentos, atuou ativamente na maneira como a sociedade interpretou a legitimidade das mudanças políticas e a confiança nas soluções econômicas propostas. O estudo propõe, portanto, uma reflexão sobre a imprensa como um agente ativo, capaz tanto de agravar quanto de auxiliar na resolução de momentos críticos.

Além desta introdução, este trabalho possui mais 3 capítulos. O segundo capítulo denominado ‘Mídia, economia política e modelo de propaganda’, estabelece a base teórica, abordando a Economia Política da Comunicação e o Modelo de Propaganda para compreender os filtros que operam na produção da notícia. O terceiro capítulo, que é intitulado ‘O papel da mídia em crises institucionais brasileiras com foco na cobertura da crise de 2014 e 2018’ apresenta a parte empírica do estudo, metodologia utilizada, a aplicação da ferramenta de análise textual CATMA e a discussão dos resultados obtidos na comparação entre as coberturas dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

2. MÍDIA, ECONOMIA POLÍTICA E MODELO DE PROPAGANDA

A análise da imprensa como agente ativo na esfera pública, particularmente em momentos de intensa instabilidade política e econômica, exige uma busca que além da análise editorial, demandando uma imersão nas estruturas de poder e no que é demandado pelo mercado que define a produção e posteriormente, a disseminação da informação. Neste sentido, o campo da Economia Política da Comunicação (EPC) estabelece o alicerce teórico fundamental para esta pesquisa, ao dizer que a mídia não pode ser apreendida como um ente neutro ou um "quarto poder" desinteressado, mas sim como um setor econômico organicamente integrado e subordinado à lógica capitalista e às relações de poder (MCCHESNEY, 2008).

Este capítulo dedica-se a explorar o funcionamento dessa indústria, detalhando como a concentração de propriedade e a lucratividade influenciam diretamente a linha editorial. Ao longo das próximas seções, será apresentado os conceitos chave da EPC que permitem compreender a mídia brasileira não apenas como observadora, mas como protagonista política. O objetivo é fornecer o arcabouço teórico necessário para interpretar as estratégias e as alianças de classe inerentes à cobertura jornalística durante o período de instabilidade estudado.

2.1. Economia Política da Comunicação, propriedade dos meios e mercantilização da informação

A Economia Política da Comunicação (EPC) permite compreender a mídia não como um ator neutro ou meramente informativo, mas como uma indústria incorporada à lógica de acumulação capitalista. Essa perspectiva sustenta que a estrutura econômica determina, em grandes níveis, os limites e possibilidades da produção simbólica, de modo que notícias, editoriais e narrativas não são apenas produtos culturais, mas também mercadorias. Essa premissa, já apresentada pela Escola de Frankfurt e aprofundada por autores como McChesney, indica que o sistema midiático é moldado por relações estruturais de poder que atravessam propriedade, financiamento, mercado publicitário e interesses políticos.

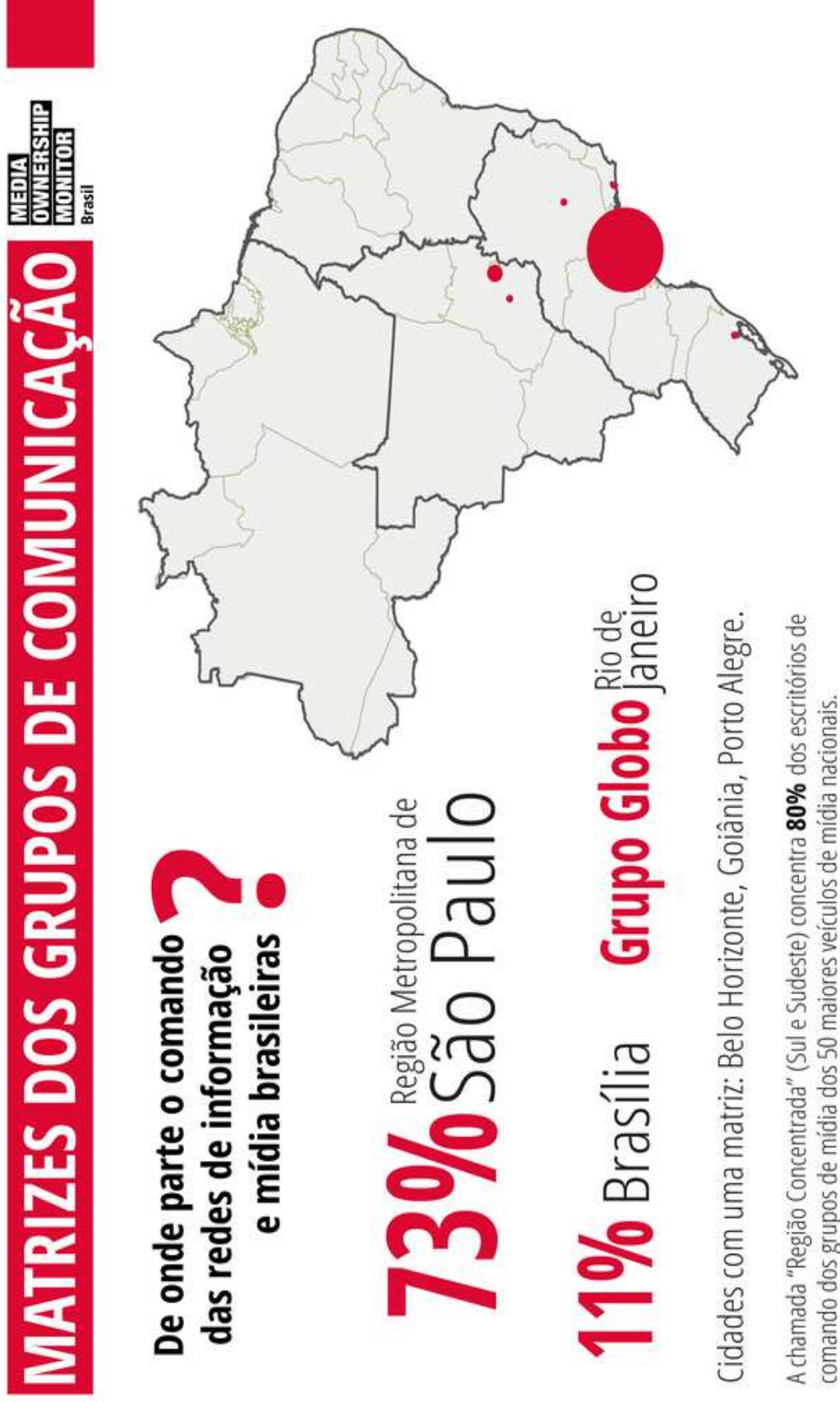
No caso brasileiro, a concentração da propriedade dos meios de comunicação é um elemento decisivo na configuração do ambiente informacional, além da concentração de mercado (oligopólio) que cria barreiras à entrada de novas narrativas econômicas.

A Figura 1 ilustra onde a maior parte dos grupos de mídia está sediada, revelando não apenas um predomínio empresarial, mas também um alinhamento geográfico e ideológico que reforça a centralidade do eixo Rio–São Paulo na definição da agenda jornalística. Essa configuração não é meramente favorável para a organização dos grupos, mas carrega implicações diretas sobre a diversidade de perspectivas no debate público, uma vez que a homogeneidade regional tende a se refletir na homogeneidade editorial.

A mercantilização da informação é intensificada pela financeirização da mídia, processo observado desde os anos 1990 e acentuado durante as décadas seguintes (MCCHESEY, 2008). Empresas jornalísticas, antes sustentadas majoritariamente por assinaturas e vendas avulsas, tornaram-se dependentes do fluxo contínuo de capital publicitário e passaram a incorporar práticas de governança típicas do mercado financeiro (CHOMSKY; HERMAN, 1988). A lógica dos relatórios trimestrais, da maximização de retorno aos acionistas e da diversificação de portfólios transformou o jornalismo em uma atividade submetida a indicadores de desempenho econômico, reduzindo o espaço para abordagens que possam contradizer interesses de grandes anunciantes ou do mercado financeiro. A notícia, nesse cenário, assume função dupla, ao mesmo tempo em que é consumo cultural para o público, é também um produto vendido aos investidores e às empresas que compram espaço publicitário (MCCHESEY, 2008; SODRÉ, 2006).

Essa dependência estrutural reforça uma tendência à autocensura e ao alinhamento editorial com os interesses do grande capital. No jornalismo econômico, em particular, essa dinâmica fica evidente na predominância do discurso de fiscalização, na priorização de diagnóstico de mercado sobre análises de caráter social e na constante associação entre estabilidade econômica e credibilidade perante agentes financeiros. Não se trata apenas de escolha editorial, mas de uma coerção estrutural que opera dentro dos limites impostos pela propriedade e pelo financiamento privado dos meios. A imprensa que cobre o período 2014–2018, portanto, não pode ser lida apenas como observadora da crise, mas como instituição inserida nos interesses em questão, condicionada por mecanismos que não apenas narram a recessão, mas atuam diretamente na formação das expectativas dos agentes econômicos (FERES JUNIOR; SASSARA, 2016). Ao modular a percepção de risco e incerteza, a mídia influencia decisões de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) e consumo, tornando-se uma variável endógena na dinâmica da crise.

Figura 1 – Matrizes dos grupos de comunicação no Brasil



A influência midiática sobre a economia também encontra respaldo teórico na concepção de estado de confiança de Keynes. Para o autor, as decisões de investimento não dependem apenas de cálculos matemáticos frios, mas de expectativas sobre um futuro incerto. A base de conhecimentos sobre a qual temos de apoiar nossas estimativas de rendimentos futuros é extremamente precária (KEYNES, 1982). Nesse sentido, a influência midiática sobre a economia torna-se palpável, pois, ela atua justamente na modelagem dessa confiança. Essa leitura é reforçada por Orléan (2006), nesse vácuo de incerteza fundamental, a mídia opera como uma 'coordenadora de convenções'. Ao polir uma narrativa, seja de “terra arrasada”, a imprensa ajuda a guiar as decisões de gastos e investimentos dos agentes econômicos. Esse conjunto de elementos, concentração, financeirização, dependência publicitária e mercantilização, compõem o pano de fundo indispensável para compreender a atuação dos grandes jornais durante a crise político-econômica brasileira. O conjunto de elementos também prepara o terreno para a compreensão do Modelo de Propaganda de Herman e Chomsky e para a análise das estruturas internas que moldam a mediação jornalística, aprofundadas na seção seguinte.

2.2. Hierarquia da informação

O funcionamento interno das organizações jornalísticas desenvolve-se por meio de mecanismos de filtragem e seleção que atuam antes mesmo do enquadramento final da notícia. Entre estes mecanismos, está o *gatekeeping* que representa o processo de controlar o acesso a algo, informações, oportunidades ou espaços. O gatekeeper, seja ele o repórter, o editor ou a própria linha editorial do veículo, atua como mediador entre o acontecimento bruto e sua transformação em notícia, selecionando temas, hierarquizando sua relevância e estabelecendo o tom e o espaço que cada assunto ocupará dentro do jornal. Esse processo não ocorre de forma isolada, mas dentro de um ambiente cercado por pressões econômicas, políticas e culturais. Em um mercado com assimetria de informação (o público não sabe o que acontece dentro do governo/bancos), a mídia atua como o validador que reduz ou manipula essa assimetria

A hierarquia da informação, nesse sentido, constitui uma extensão direta desse processo. A organização das notícias em capas, manchetes, colunas de opinião e seções específicas não apenas distribui conteúdos, mas produz sentidos. As primeiras páginas, por

exemplo, são tradicionalmente reservadas a conteúdos considerados estratégicos pelos veículos, revelando o que as redações entendem como relevante para a formação da opinião pública. A recorrência de manchetes sobre “déficit”, “crise de confiança”, “recessão profunda” e “desequilíbrio fiscal”, amplamente presentes nas coberturas representadas pelas Figuras apresentadas na sequência, no subcapítulo 2.3, expressa esse movimento de atribuição de centralidade a determinados temas, muitas vezes em detrimento de outros que poderiam oferecer uma leitura mais complexa da conjuntura econômica.

Essa lógica se articula diretamente com a teoria do agenda-setting, de McCombs e Shaw, segundo a qual a imprensa não determina o que as pessoas devem pensar, mas aquilo sobre o que elas devem pensar. Ao atribuir visibilidade repetida e priorizada a determinados assuntos, a mídia define a agenda pública e orienta os termos do debate sobre eles. No período 2014–2018, o jornalismo brasileiro conferiu à crise fiscal e ao quadro econômico uma centralidade que ultrapassa a mera cobertura factual, consolidando a narrativa de que a deterioração econômica era, antes de tudo, uma questão de gestão política e responsabilidade governamental. Ao mesmo tempo, a cobertura enfatizava avaliações de mercado e diagnósticos de analistas financeiros, elevando indicadores como risco de se investir no país, confiança do empresário e percepção das agências de rating à condição de critérios quase exclusivos para interpretar a situação do país.

Esse movimento criou um ambiente em que a crise passou a parecer algo inevitável. Isso reforçou a ideia de que uma mudança para políticas mais liberais não eram apenas desejáveis, mas necessárias. A saturação do noticiário com essa seleção de temas contribuiu para consolidar percepções coletivas que antecedem decisões institucionais e moldam expectativas sociais. Assim, o *gatekeeping* e o *agenda-setting* não funcionam como processos neutros, mas como mecanismos profundos de poder simbólico, definindo quais interpretações da realidade circulam e quais permanecem à margem. No contexto da crise brasileira, esses processos foram cruciais para posicionar a imprensa como ator central na construção da narrativa de insustentabilidade que envolveu o governo Dilma Rousseff e, posteriormente, na formação do ambiente de recepção das medidas econômicas adotadas no início do governo Michel Temer.

2.3. O Modelo de Propaganda e seus cinco filtros na estrutura da comunicação

A sistematização das relações entre mídia, poder econômico e produção encontra no Modelo de Propaganda de Herman e Chomsky uma maneira de compreender os limites

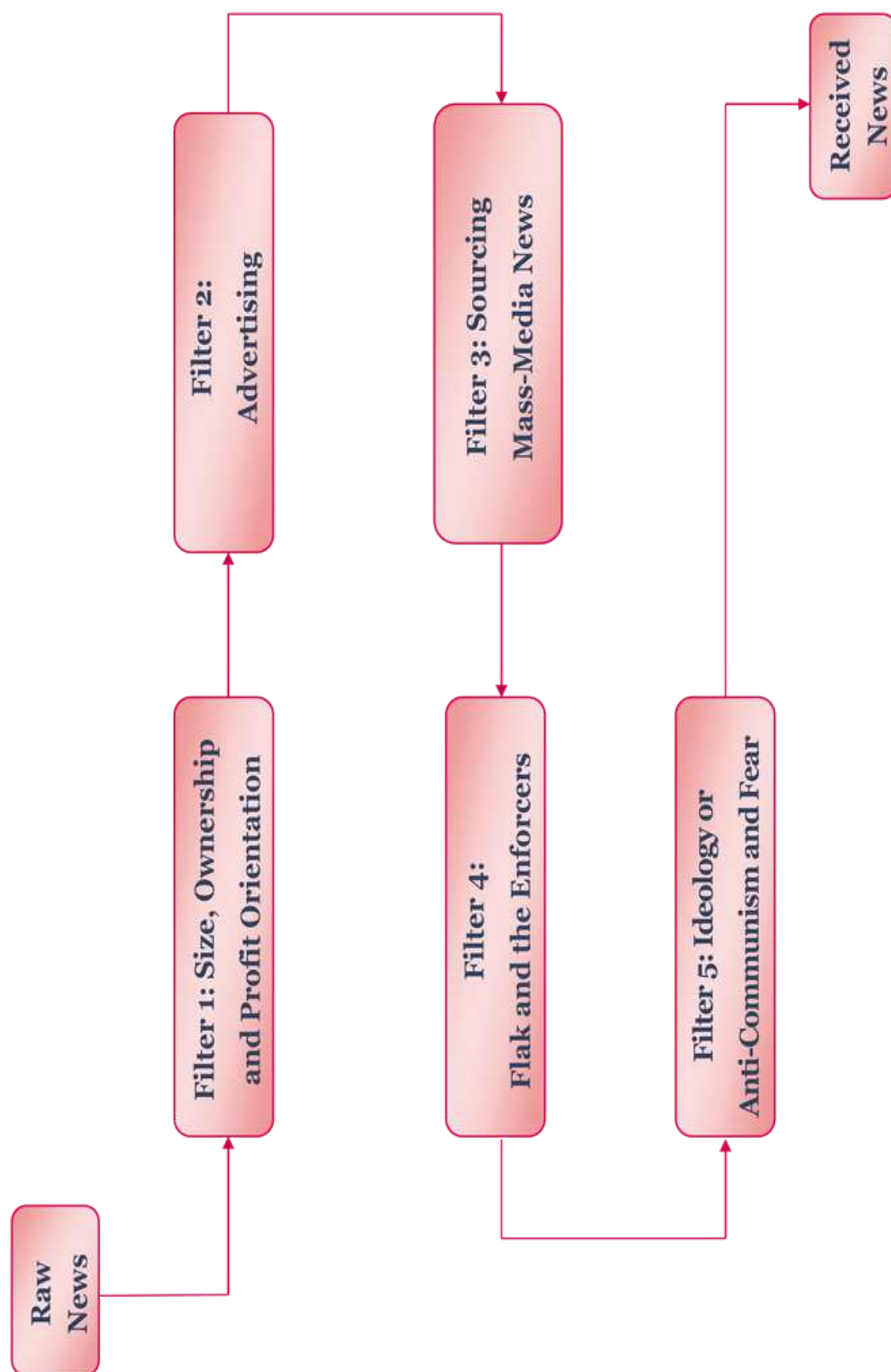
estruturais do jornalismo dentro de sociedades capitalistas. O modelo, adaptado em forma de fluxograma na Figura 2, parte da premissa de que o conteúdo jornalístico não é determinado pela autonomia profissional das redações, mas por pressões econômicas, interesses proprietários, dependência publicitária, vínculos institucionais e parâmetros ideológicos que orientam o fluxo da informação. Essas condições se materializam em cinco filtros, propriedade, financiamento, fontes, *flak* e ideologia, que atuam como barreiras estruturais entre o acontecimento e sua representação mediada.

O primeiro filtro, relacionado ao tamanho e à estrutura de propriedade dos veículos, atua diretamente sobre as diretrizes editoriais, uma vez que grandes conglomerados voltados ao lucro tendem a favorecer narrativas que preservem a estabilidade dos mercados, a previsibilidade institucional e a confiança dos setores financeiros. No contexto brasileiro, dominado por oligopólios familiares e grupos com forte inserção no mercado publicitário, esse filtro se traduz em um alinhamento estrutural com a lógica do grande capital, tal como discutido na seção 2.1. O segundo filtro, referente ao financiamento por publicidade, reforça essa tendência. Como o público primário da mídia passa a ser o anunciante, e não o leitor, a lógica do conteúdo é moldada para não confrontar interesses corporativos, sobretudo em veículos cuja sobrevivência depende da receita publicitária de bancos, empresas multinacionais e instituições financeiras.

O terceiro filtro, relativo à dependência de fontes, adquire papel importante nas editorias de economia e política. A busca por credibilidade institucional leva os jornais a recorrerem predominantemente aos porta-vozes de grandes bancos, analistas de mercado, consultorias econômicas e *think tanks* alinhados ao ideário liberal. Esses agentes, além de fornecerem dados e análises prontas, estabelecem um repertório discursivo que naturaliza diagnósticos fiscalistas e políticas de austeridade como soluções técnicas inevitáveis. Os dois últimos filtros, *flak* e ideologia, complementam o processo ao atuar na correção de desvios. O *flak* funciona como mecanismo disciplinador, enquanto o filtro ideológico se materializa no Brasil contemporâneo sob a forma de uma matriz discursiva que opõe “responsabilidade fiscal” a “populismo econômico”.

Essa divisão serve para mobilizar o medo e justificar medidas impopulares, adaptando o conceito original de 'anticomunismo' dos autores para o cenário de crise fiscal. Para Herman e Chomsky, a fabricação de um inimigo ou de uma ameaça iminente 'ajuda a mobilizar a população contra um inimigo, e como o conceito é difuso, ele pode ser usado contra qualquer um que defenda políticas que meacem os interesses de propriedade' (HERMAN; CHOMSKY, 1988).

Figura 2 – Os cinco filtros do Modelo de Propaganda Herman e Chomsky



No caso em questão, a 'irresponsabilidade fiscal' tornou-se o inimigo quase impossível de ser combatido.

No contexto brasileiro analisado entre 2014 e 2018, a operação conjunta desses filtros manifestou-se através de uma técnica narrativa específica, o *fiscal framing* (ou enquadramento fiscal). Ao enquadrar crises econômicas como problemas puramente técnicos ou morais, a mídia desloca o debate de questões estruturais globais para a gestão política interna. Esse mecanismo é evidente na Figura 3, onde o jornal *O Estado de S. Paulo* associa a crise diretamente à 'Falta de confiança' e à 'Operação Lava Jato'.

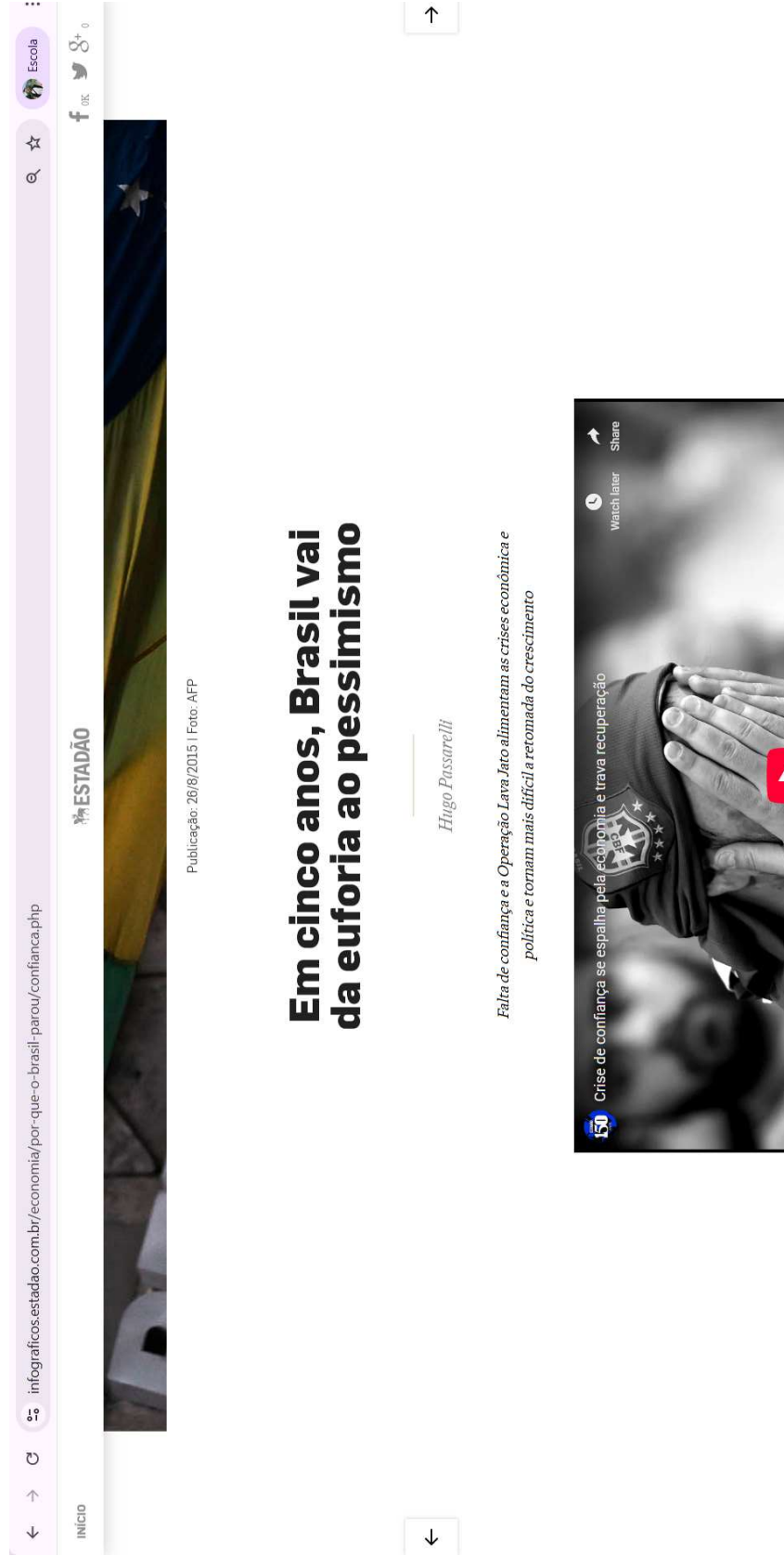
Essa narrativa de "terra arrasada" é reforçada pela repetição de termos alarmistas nas manchetes. Como visto nas Figuras 4 e Figura 5, veículos como a *Gazeta do Povo* e o *GI* enfatizam que o 'Brasil empobrece' e que o país 'andou para trás'. Já a Figura 6 (*BBC News Brasil*) contextualiza o momento como a pior recessão desde os anos 90'. Ao saturar o noticiário com esse enquadramento catastrófico, a imprensa cumpre a função ideológica de neutralizar conflitos distributivos, validando a percepção de insustentabilidade do governo vigente e preparando a opinião pública para medidas de austeridade.

Dessa maneira, o Modelo de Propaganda é uma ferramenta que permite interpretar a homogeneidade e previsibilidade das narrativas sobre a crise de 2014–2018. Ele evidencia que a imprensa opera dentro de limites estruturais que influenciam sua seleção de vozes, sua linguagem e seu enquadramento, aspectos que serão retomados no próximo capítulo quando da análise empírica do discurso jornalístico.

2.4. Linguagem econômica, ideologia e a construção discursiva da crise

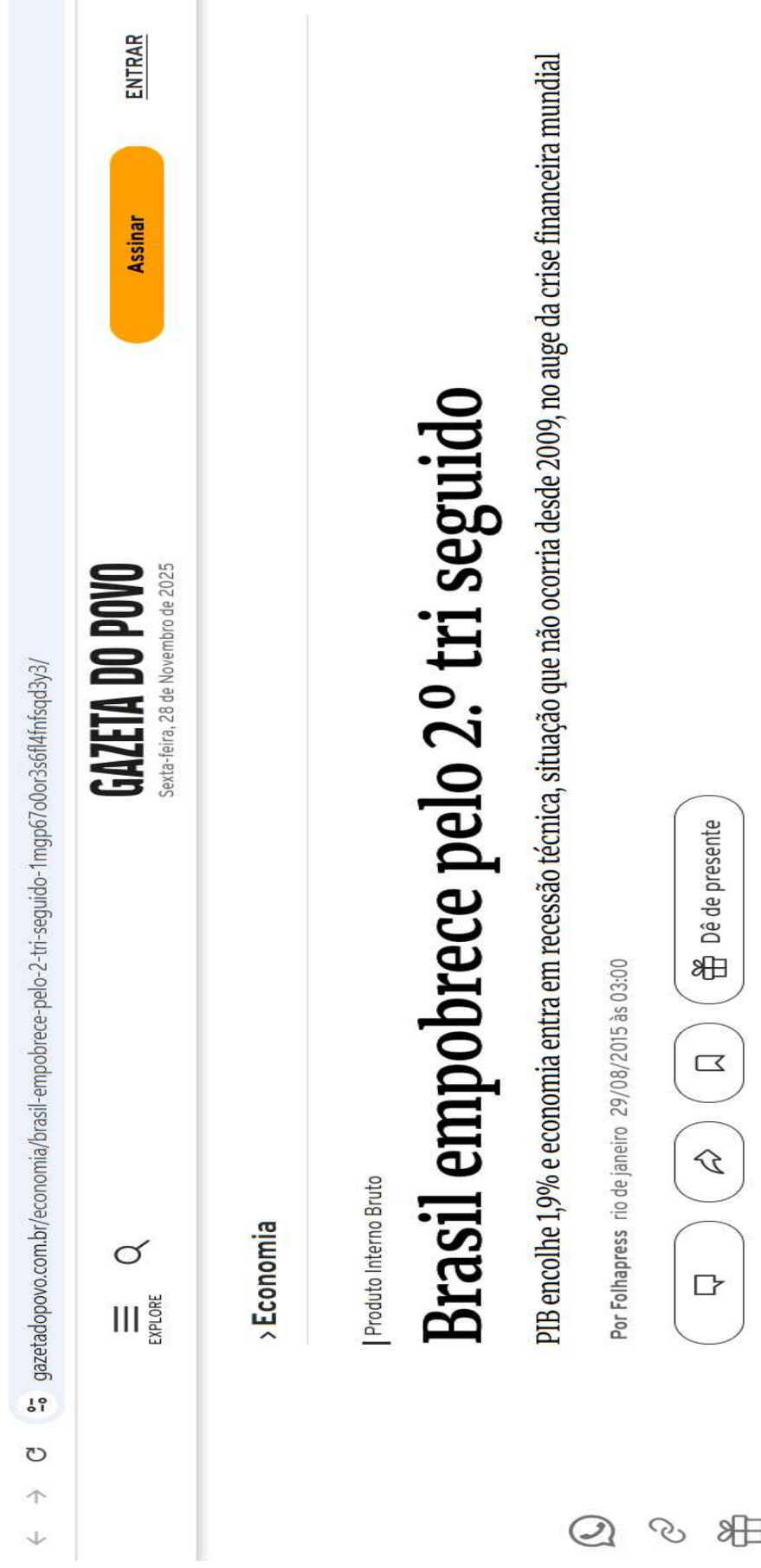
A compreensão da atuação da imprensa durante a crise político-econômica de 2014–2018 exige também atenção ao nível discursivo, aos mecanismos linguísticos e simbólicos por meio dos quais a mídia constrói sentidos e orienta percepções. Nesse ponto, a Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 2017) fornece instrumentos que ajudam a compreender como estruturas de poder se materializam na linguagem. A imprensa, ao narrar acontecimentos, não apenas descreve a realidade, mas participa de sua construção ao selecionar vocabulários, categorias interpretativas, metáforas e relações de causa e efeito que moldam a forma como o público compreende os fatos.

Figura 3 – Evolução da confiança econômica (2010-2015)



Fonte: Passarelli (2015).

Figura 4 – Manchete da Gazeta do Povo sobre a retração do PIB



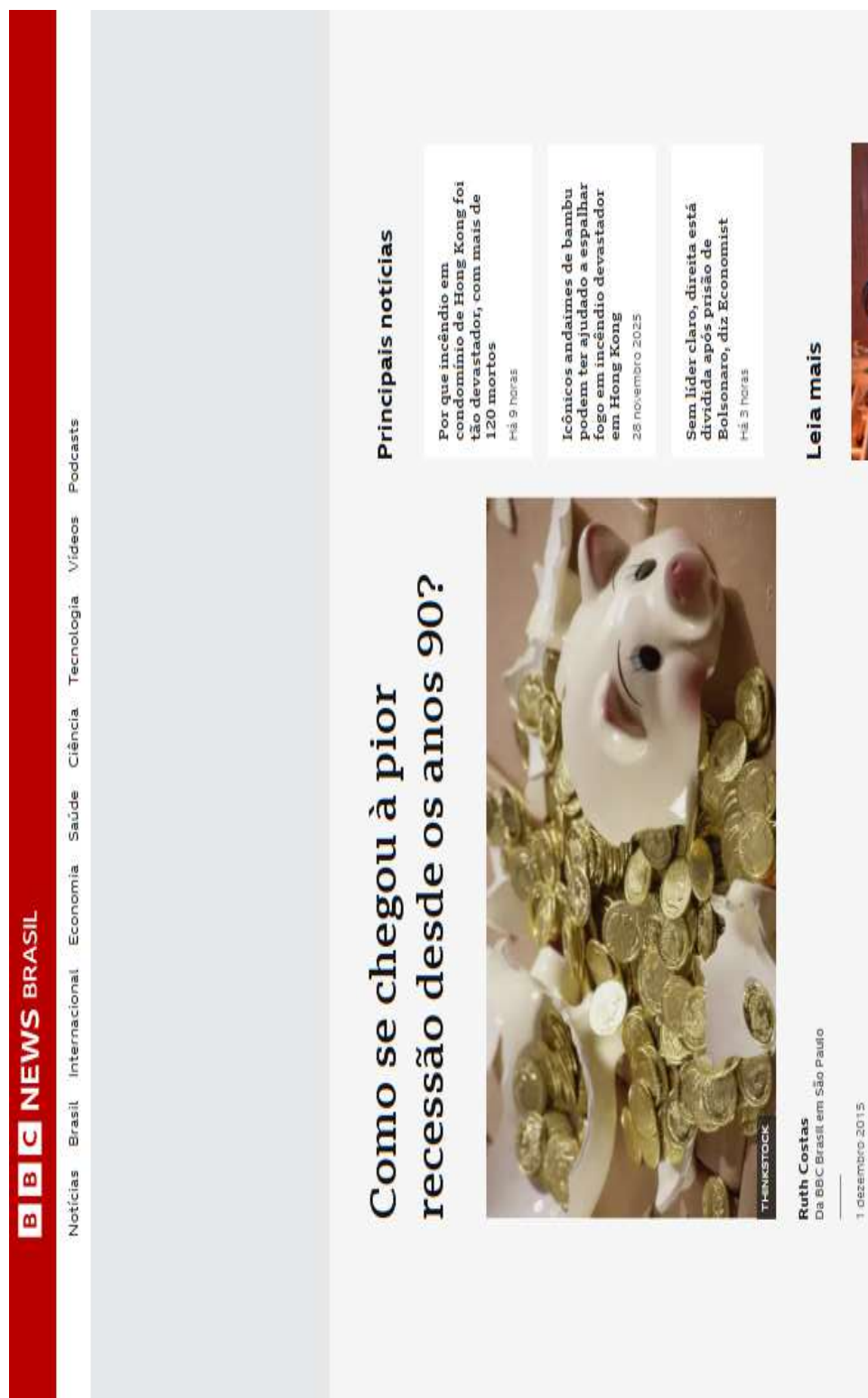
Fonte: Gazeta do povo(2015).

Figura 5 – Cobertura do G1 sobre o resultado econômico de 2015



Fonte: G1 (2015).

Figura 6 – Reportagem da BBC Brasil sobre a recessão



Não é por acaso que o discurso econômico ocupa papel central nesse processo. Termos como “confiança”, “ajuste”, “estabilidade”, “fuga de capitais”, “mercado reage” ou “descontrole fiscal”, amplamente reproduzidos nas coberturas sobre o período, não são descrições neutras, mas categorias carregadas de ideologia. O chamado fiscal framing, já apresentado anteriormente, revela uma tendência sistemática à representação da crise como um problema técnico de gestão orçamentária, dissociado de fatores estruturais do sistema econômico global e das condicionantes políticas internacionais. Esse tipo de enquadramento opera no sentido de naturalizar a austeridade como solução racional, deslocando o debate público da esfera política, onde decisões econômicas são fruto de disputa, para a esfera tecnocrática, na qual determinadas medidas são apresentadas como inevitáveis.

A linguagem utilizada nos jornais durante a crise segue um padrão de alta recorrência semântica, reproduzindo diagnósticos fornecidos por agentes do mercado financeiro e por instituições alinhadas ao pensamento econômico ortodoxo. Van Dijk (2017) destaca que esse tipo de repetição discursiva contribui para a formação do que chama de “modelos mentais compartilhados”, isto é, estruturas que levam a sociedade a interpretar acontecimentos de forma previsível e coerente com o discurso dominante. Assim, a escolha de vocabulários alarmistas, como os apresentados anteriormente nas Figuras 4, 5 e 6, não apenas informa sobre a recessão, mas produz um clima de excepcionalidade que favorece a aceitação de mudanças políticas e econômicas profundas.

Outro elemento relevante diz respeito à personalização e à responsabilização, estratégias discursivas pelas quais a crise é atribuída diretamente a atores políticos específicos, dissociando-a de determinantes macroeconômicos ou estruturas de tomada de decisão mais amplas. Na cobertura analisada, o governo Dilma Rousseff aparece frequentemente como eixo de causalidade da recessão, enquanto medidas tomadas pelo governo Michel Temer são apresentadas em tom de expectativa positiva ou como correção de rumos. Esse contraste não se explica apenas por diferenças conjunturais, mas por escolhas discursivas que operam na construção de uma narrativa mais coerente.

É importante observar também que a linguagem econômica adquire uma função de poder simbólico ao transformar disputas políticas em imperativos técnicos e ao apresentar decisões controversas como soluções inevitáveis. Esse processo de um conjunto de palavras mais técnicas, característico do período, reduz o fator interpretativo e fortalece o papel da imprensa como agente produtor de consensos em momentos de instabilidade institucional. A articulação entre EPC, Modelo de Propaganda e Análise do Discurso, portanto, permite

compreender a formação dessa narrativa hegemônica e cria as bases teóricas necessárias para a análise empírica desenvolvida no capítulo seguinte.

2.5. Enquadramento, consenso e o deslocamento da estrutura econômica para a prática jornalística

A articulação entre Economia Política da Comunicação, Modelo de Propaganda e Análise do Discurso apresentadas nas seções anteriores permite compreender que a cobertura jornalística opera dentro de determinantes que ultrapassam o nível individual do repórter ou do editor e se enraízam profundamente na estrutura econômica e ideológica dos meios de comunicação. Esses condicionantes não se esgotam na produção de conteúdo, mas se manifestam também na forma como os acontecimentos são enquadrados e disponibilizados ao público. É nesse ponto que o conceito de enquadramento (*framing*) se torna central para compreender os mecanismos pelos quais o discurso jornalístico traduz os limites estruturais discutidos anteriormente em narrativas concretas, acessíveis e aparentemente naturais.

O enquadramento funciona como uma tecnologia discursiva que organiza a percepção social dos eventos, selecionando alguns aspectos da realidade enquanto invisibiliza outros. Essa seletividade não é aleatória, pois resulta da convergência entre interesses proprietários, dependência de fontes, pressões de mercado e categorias ideológicas que orientam o repertório cognitivo das redações. No jornalismo econômico, essa dinâmica é ainda mais evidente, uma vez que a interpretação dos fatos depende de referenciais técnicos que, muitas vezes, já estão pré-formatados por agentes do mercado financeiro, instituições multilaterais e consultorias econômicas. O resultado é uma uniformização do discurso, na qual explicações sobre crises, instabilidade política e flutuações macroeconômicas seguem um padrão previsível e homogêneo.

Esse processo é particularmente visível nos períodos de crise. Nesses momentos, o enquadramento tende a reforçar narrativas que acentuam condições inevitáveis, urgências e soluções técnicas supostamente despolitizadas, alinhando-se ao que Van Dijk descreve como produção de consenso. Ao construir um diagnóstico que apresenta a crise como produto de falhas de gestão, irresponsabilidade fiscal ou desordem institucional, a imprensa não apenas interpreta os fatos, mas contribui para legitimar determinadas respostas políticas em detrimento de outras. Assim, escolhas políticas são revestidas de autoridade técnica, enquanto alternativas são marginalizadas ou classificadas como inviáveis, ideológicas ou perigosas.

A repetição de termos como “desequilíbrio”, “falta de confiança”, “colapso fiscal”, “terra arrasada” ou “necessidade de ajuste” não apenas informa sobre um estado de coisas, mas contribui para produzi-lo, moldando expectativas econômicas, orientando comportamentos de mercado e influenciando a percepção pública sobre a legitimidade de governos. O enquadramento funciona, portanto, como elo entre estrutura e discurso, como o mecanismo que traduz a lógica econômica e política em linguagem jornalística.

Essa compreensão é fundamental para o estudo da crise brasileira entre 2014 e 2018. A cobertura jornalística do período não pode ser analisada apenas como conjunto de textos, mas como produto de um ecossistema de forças estruturais e discursivas que se entrelaçam e que, nos momentos de maior instabilidade institucional, tendem a operar de maneira particularmente intensa. A crise, desse modo, não é somente um fato econômico, mas um acontecimento discursivamente construído, cuja mediação jornalística desempenha papel ativo na definição de suas causas, na escolha de seus responsáveis e na delimitação das soluções consideradas legítimas.

Ao concluir este capítulo, torna-se claro que o debate teórico aqui apresentado não é meramente abstrato, ele estabelece o referencial para interpretar como os jornais brasileiros atuaram durante a recessão, o processo de *impeachment* e a transição para o governo Michel Temer. Os filtros econômicos, as pressões de mercado, a centralidade das fontes financeiras e os enquadramentos discursivos formam o arcabouço necessário para compreender não apenas o que foi noticiado, mas como e por que determinadas narrativas se consolidaram.

É a partir desse arcabouço que o capítulo seguinte se desenvolve. A partir das bases teóricas aqui estabelecidas, o Capítulo 3 analisa empiricamente e também com auxílio de ferramenta de análise textual, como essas dinâmicas se materializaram na cobertura dos principais veículos de imprensa, examinando padrões, recorrências narrativas e estratégias de construção simbólica da crise político-econômica que marcou o Brasil entre 2014 e 2018.

3. O PAPEL DA MÍDIA EM CRISES INSTITUCIONAIS BRASILEIRAS COM FOCO NA COBERTURA DA CRISE DE 2014 A 2018

A discussão teórica estabelecida nos capítulos anteriores evidenciou que os meios de comunicação não operam em um vácuo social, mas agem como aparelhos privados, sujeitos a filtros econômicos e políticos que moldam o produto final da notícia. Contudo, para compreender a profundidade da atuação da imprensa brasileira na crise de 2014 a 2018, não basta reconhecer a existência desses filtros, é necessário destrinchar como eles se materializaram textualmente e editorialmente no cotidiano da cobertura do período estudado.

Este capítulo mostra a transição do modelo teórico para a análise empírica. Se a hipótese central deste trabalho sugere que a imprensa atuou como vetor de instabilidade para o governo de Dilma Rousseff e como fiadora da governabilidade para Michel Temer, essa atuação deve ser verificável na escolha do conjunto de verbalização utilizada para narrar, na construção das manchetes e na hierarquização das pautas econômicas. O objetivo aqui é detalhar o percurso metodológico que permite ler as entrelinhas da crise, demonstrando como a narrativa da "terra arrasada" e a posterior narrativa da "retomada da confiança" foram construídas não apenas pelos fatos econômicos em si, mas pela mediação jornalística desses fatos.

3.1. Delimitação e justificativa metodológica

A seleção do material que será analisado para esta pesquisa não obedece a critérios de aleatoriedade, mas sim de representatividade e influência política na formação da opinião pública e das expectativas dos agentes econômicos, resgatando as matérias jornalísticas do período em questão que ainda estão disponíveis na internet de forma gratuita. A análise textual proposta aqui, se insere na investigação dos mecanismos de formação de expectativas racionais e convencionais. Se for admitido que a confiança é um ativo econômico fundamental para a solvência fiscal e o crescimento do PIB, torna-se necessário mensurar como esse ativo é depreciado ou valorizado publicamente. As manchetes e editoriais analisados funcionam, nessa visão, como choques de informação que recalibram a percepção de risco-país, impactando variáveis macroeconômicas reais antes mesmo que as políticas fiscais sejam efetivamente implementadas.

Optou-se pelo recorte de jornais de grande influência e circulação como o *BBC Brasil*, *Estado de São Paulo*, *El País* e outros, devido ao papel histórico que ambos desempenham

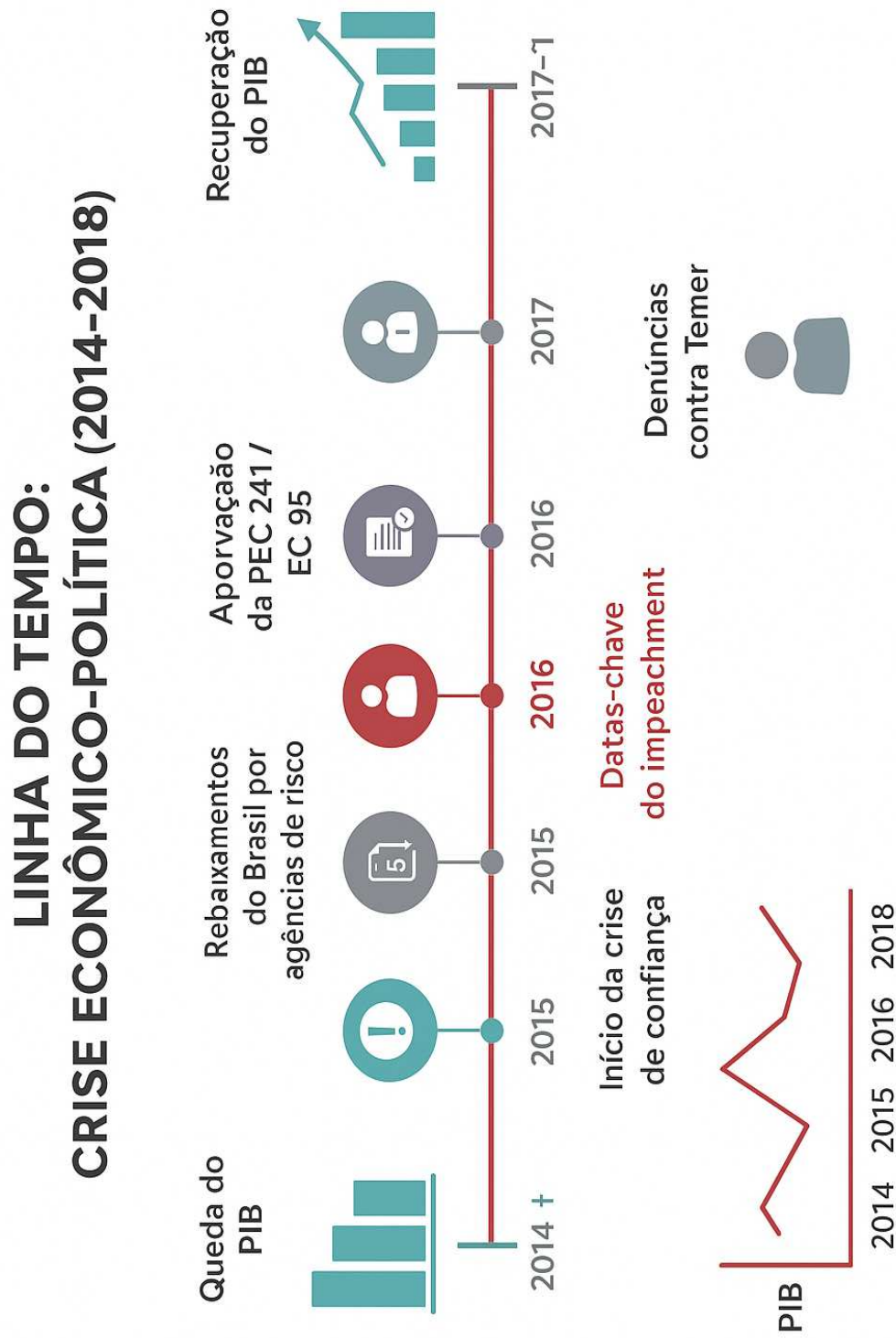
nacionalmente. Embora a mídia televisiva possua um alcance massivo, é na imprensa escrita de referência, sediada no eixo Rio - São Paulo, que se cristalizam os argumentos e os enquadramentos que posteriormente pautam os telejornais, as rádios de notícias e o debate nas redes sociais. O *Estadão*, historicamente alinhado a um liberalismo econômico conservador, e a *Folha*, que busca posicionar-se sob o manto de pluralidade crítico, oferecem, em conjunto, um panorama abrangente do consenso das elites econômicas brasileiras. O recorte temporal, situado entre 2014 e 2018, abrange o ciclo completo da crise institucional, iniciando-se com a contestação do resultado eleitoral e a deterioração dos indicadores macroeconômicos, atravessando o ápice da ruptura democrática com o processo de *impeachment* e avançando sobre a tentativa de normalização institucional e implementação da agenda de reformas sob a gestão de Michel Temer como sintetizado pela Figura 7.

Para evitar que a análise recaia em uma leitura impressionista das manchetes, este trabalho utiliza o suporte tecnológico do CATMA (*Computer Assisted Textual Markup and Analysis*). No APÊNDICE A está descrito como utilizar a ferramenta. A utilização dessa ferramenta de análise textual assistida por computador justifica-se pela necessidade de sistematização e transparência no tratamento de um volume de dados. A ferramenta CATMA permite identificar padrões que escapam à leitura linear, possibilitando a quantificação da frequência do conjunto de termos e a análise de ocorrência. Isso permite verificar, por exemplo, quais adjetivos e verbos rodeiam os nomes dos ex-presidentes e como determinados termos-chave, tais como "incerteza", "risco" ou "ajuste", flutuaram ao longo do tempo. Além disso, o uso de marcadores pré-definidos na ferramenta ameniza o risco de viés de seleção, forçando o pesquisador a confrontar a totalidade dos dados coletados e não apenas as matérias que confirmam hipóteses apresentadas. O software não substitui a análise qualitativa crítica fundamentada na Economia Política da Comunicação, mas a instrumentaliza, fornecendo um mapeamento do discurso jornalístico que evidencia onde a imprensa concentrou sua energia e quais termos foram utilizados para interditar ou legitimar o debate econômico.

3.2. Estratégias discursivas da imprensa durante a crise: enquadramento e agenda

A cobertura da crise de 2014 a 2018 não deve ser compreendida apenas como o relato passivo de uma recessão técnica, mas sim como uma construção discursiva que operou através de estratégias específicas de enquadramento e agendamento, transformando indicadores macroeconômicos em vetores de moralidade política e julgamento de gestão.

Figura 7 - Infográfico linha do tempo Brasil 2014-2018



Fonte: autoria própria com auxílio do Canva.

A imprensa brasileira, nesse período, refinou o que a literatura classifica como *Fiscal Framing*, ou enquadramento fiscal, uma estratégia narrativa que reduz a complexidade da economia nacional à dinâmica do déficit público e da dívida, excluindo frequentemente do debate variáveis exógenas ou cíclicas. Essa operação discursiva manifestou-se primeiramente por meio de uma tendência à catastrofização e à adjetivação extrema dos indicadores econômicos durante o final do governo Rousseff. A inflação e o PIB não eram tratados apenas como dados conjunturais negativos, mas descritos com um vocabulário de urgência e insustentabilidade, criando um clima de "colapso terminal" que legitimava medidas de exceção política como sendo a única saída possível para a sobrevivência nacional.

Paralelamente à “catastrofização”, observa-se uma estratégia sofisticada de manipulação da causa, oscilando entre a personificação da culpa e a exaltação da técnica. A análise preliminar do discurso sugere que, na primeira fase da crise, os problemas econômicos eram frequentemente personificados na figura da presidente e em sua suposta inaptidão gerencial ou excesso de intervencionismo, estabelecendo uma relação direta entre a crise e o perfil ideológico do governo. Em contrapartida, após a ascensão de Michel Temer, a narrativa sofre uma transmutação qualitativa. Embora os problemas econômicos como o desemprego e o baixo crescimento persistem, a cobertura passou a focar na capacidade da equipe econômica e na técnica de seus ministros. A crise, antes atribuída à vontade política do governante, passou a ser tratada como uma herança maldita ou um desafio estrutural que exigia paciência e sacrifício da sociedade, desvinculando a figura do novo presidente da responsabilidade direta pelos resultados imediatos.

Essas narrativas foram sustentadas por uma dependência estrutural de fontes ligadas ao setor financeiro, conforme previsto pelo Modelo de Propaganda discutido no capítulo anterior. Bancos, consultorias e agências de classificação de risco não foram ouvidos apenas como partes interessadas, mas validados como árbitros neutros da realidade. Ao naturalizar os diagnósticos desses agentes como se fossem o interesse nacional, o jornalismo de referência criou um ambiente de validação para a agenda de austeridade, silenciando vozes acadêmicas heterodoxas ou sindicais que propunham alternativas. A mudança brusca no tratamento da notícia econômica que se verificará na análise empírica, migrando de um tom alarmista para um tom pedagógico e expectante, reflete, portanto, o realinhamento da imprensa com um projeto de poder que atendia aos requisitos dos filtros de propriedade e financiamento que estruturam a grande mídia brasileira.

3.3. Primeira fase da cobertura: 2014–2016, da recessão ao *impeachment*

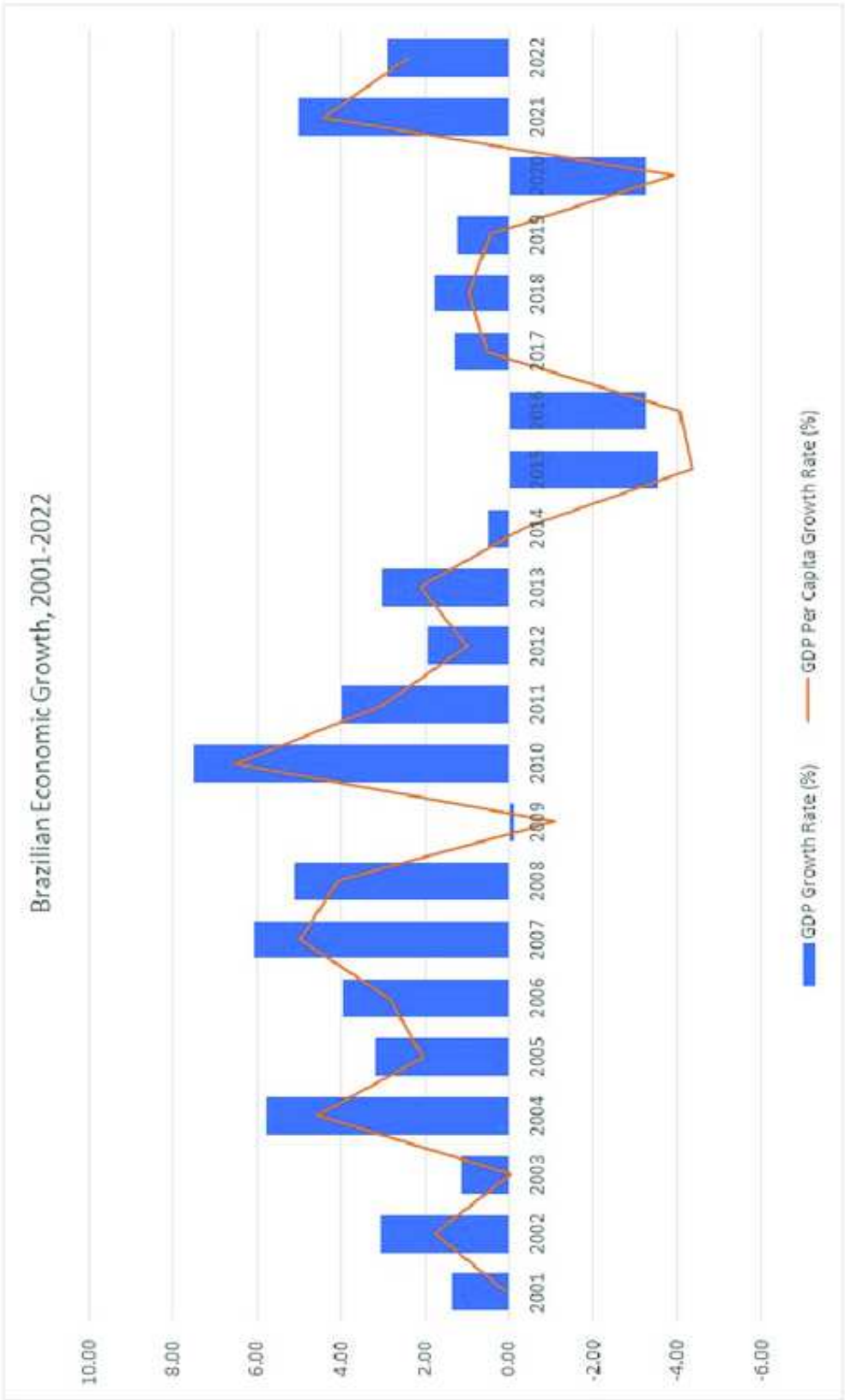
O período compreendido entre a reeleição de Dilma Rousseff, em outubro de 2014, e a consumação de seu *impeachment*, em agosto de 2016, configura-se como um dos momentos de acentuação da relação entre sistema midiático e sistema político na história recente do país. Diferente de crises anteriores, a conjuntura de 2014-2016 foi marcada pela convergência de três vetores que a imprensa tratou de juntar em uma narrativa única de colapso, a deterioração acelerada dos indicadores macroeconômicos (inflação e PIB), a deslegitimação política vindas das denúncias da Operação Lava Jato e a paralisia institucional no Congresso Nacional. Nesse cenário, os veículos de comunicação não atuaram como meros espectadores da ingovernabilidade, mas como caixas de ressonância que, ao enfatizarem a "falta de confiança", transformaram a crise fiscal em um veredito político irreversível.

A cobertura jornalística desta fase caracteriza-se, portanto, pela saturação de um vocabulário de urgência e pela "catastrofização" do cotidiano econômico. À medida que o governo perdia sua base de sustentação, a narrativa midiática operou um deslocamento discursivo fundamental, problemas estruturais da economia brasileira e choques externos foram progressivamente enquadrados quase exclusivamente como "erros de gestão" e "irresponsabilidade fiscal" da representante de estado. A divulgação de resultados negativos do PIB, como a retração histórica observada em 2015, como mostra o Gráfico 1, serviu como âncora factual para editoriais e reportagens que, sob o pretexto da análise técnica, sentenciaram o fim do ciclo político do Partido dos Trabalhadores. A "terra arrasada" descrita nas manchetes funcionava, assim, como a premissa necessária para legitimar a ruptura democrática do *impeachment* como única solução lógica para a retomada da estabilidade.

Para a análise empírica deste recorte, o conjunto de dados documental foi focado especificamente nas reportagens que cobriram os momentos decisivos do afastamento (como as votações na Câmara e no Senado em 2016) e os balanços de desempenho econômico do período. A escolha destes marcos temporais representam os instantes em que a imprensa precisa sintetizar a complexidade dos fatos para o grande público, revelando com maior clareza suas escolhas lexicais e seus enquadramentos prioritários. Matérias sobre o "pior resultado do PIB em 25 anos" ou sobre o "Dia D" do afastamento não apenas informam, mas constroem a memória coletiva sobre a inevitável queda.

Para operacionalizar esta leitura crítica, utilizou-se o CATMA sobre os textos selecionados dos portais de grande circulação. O processamento via *software* busca evidenciar padrões que escapam à leitura linear, rastreando a frequência e a continuidade de termos.

Gráfico 1 — O gráfico de PIB histórico do Brasil (2001–2022)



Fonte: Ekanayake (2024).

O objetivo é verificar empiricamente a hipótese da personificação da culpa, investiga-se, através do sistema, se o nome da ex-presidente Dilma Rousseff aparece estatisticamente vinculado a substantivos de "crime", "dano" e "incapacidade" com maior frequência do que a termos de defesa ou contexto internacional, comprovando a construção discursiva de um ambiente de insustentabilidade política.

Para conferir rigor empírico à hipótese do enquadramento, constituiu-se um corpus documental selecionado composto por seis reportagens de veículos de referência e grande circulação nacional, *Folha de S.Paulo*, *El País*, *UOL* e *O Globo*, cobrindo o arco temporal decisivo da crise, desde as investigações do TCU em 2015 até a consumação do *impeachment* em 2016. Entre os textos processados, destacam-se matérias que pautaram a opinião pública, como "Dilma mantém 'pedaladas fiscais' em 2015" (*Folha de S.Paulo*, 2015) , "TCU investiga repetição de 'pedaladas' em 2015" (BRESCIANI,2015) em *O Globo*, e a cobertura dos atos de rua em "Uma multidão protesta contra o Governo Dilma" (*El País*,2015).

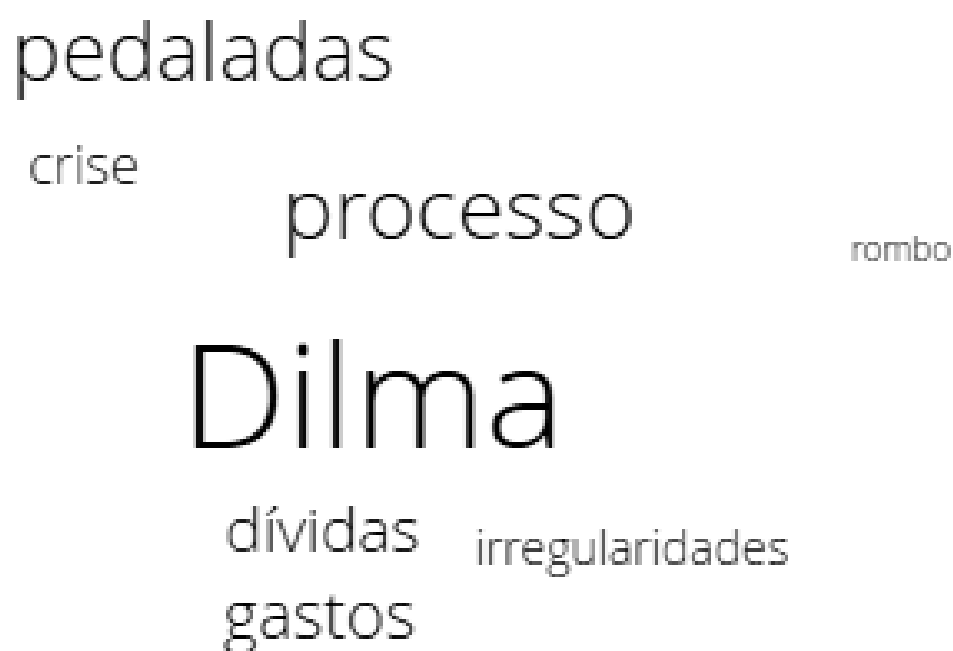
Este material foi submetido ao *software* CATMA, utilizando a funcionalidade de análise de coocorrência. A ferramenta escaneou os textos para identificar estatisticamente quais termos orbitavam com maior frequência e proximidade o nome da ex-presidente, gerando a visualização gráfica apresentada a seguir.

A análise computacional desse corpus via CATMA permite materializar a hipótese do enquadramento fiscal como motor da deslegitimação política. Ao observar a Figura 8, nota-se que o nome da ex-presidente Dilma não orbita em um vácuo político, mas é sistematicamente cercado por um conjunto de palavras de cunho técnico-punitivo. Termos como “pedaladas” , “contas” , “créditos” e “irregularidades” aparecem com relevo visual que demonstra a conversão de uma crise de gestão em uma crise de natureza puramente criminal. Esse fenômeno ratifica o conceito de *Fiscal Framing*, onde a complexidade das manobras contábeis é simplificada sob a ajuda da "maquiagem" e do "crime", facilitando a absorção de um veredito negativo pela opinião pública.

Ademais, a análise revela a intensidade e a repetição estratégica desses termos ao longo das matérias analisadas. A constância com que o vocábulo “crime” é associado ao sujeito “Dilma” em veículos de diferentes perfis, como *Folha de S. Paulo* e *UOL*, sugere uma homogeneização do discurso alarmista. Se torna evidente que a narrativa da "catastrofização" foi constante, onde a repetição exaustiva do termo técnico "pedalada" serviu para fixar a ideia de uma ilegalidade intransigente, mesmo quando o contexto envolvia decisões administrativas que, em governos anteriores não haviam recebido o mesmo tratamento.

Figura 8 - Nuvem de palavras sobre Dilma gerada pelo CATMA

Reportagens do período 2014-2016



Essa personificação da culpa, visível na centralidade de "Dilma" em relação a verbos de ação negativa capturados pelo *software*, demonstra que o enquadramento midiático deslocou o debate da recessão sistêmica para uma falha moral individual. Assim, o *impeachment* foi apresentado não apenas como uma solução política, mas como um imperativo ético e técnico para "estancar" uma suposta sangria fiscal.

Se a análise computacional via CATMA evidenciou a proximidade estatística entre a figura da ex-presidente e o léxico criminal, a análise qualitativa das matérias revela como essa associação foi construída sintaticamente. Observa-se que a imprensa operou uma transposição da linguagem contábil para a linguagem penal.

Ao noticiar as "pedaladas fiscais", veículos como a *Folha de S. Paulo* não se limitaram a descrever o atraso nos repasses, mas utilizaram metáforas biológicas de deterioração. Ao afirmar que, com as manobras, "o governo sangra menos o caixa", o jornal constrói a imagem de um Estado doente, cuja gestão atual atua não para curar, mas para "mascarar" a gravidade da situação. O uso do termo "maquiar" e "manobra" retira o caráter de decisão de política econômica e insere o ato no campo da fraude moral.

Além disso, a estrutura das reportagens privilegia a validação da culpa antes da defesa. Na cobertura do *UOL* (AMORIM; PRAZERES; MARCHESAN, 2016) sobre o *impeachment*, a sentença é dada na abertura: "condenada [...] por ter cometido crimes de responsabilidade na condução financeira", enquanto a tese da defesa, de que não houve crime, mas sim um "golpe", aparece apenas no décimo parágrafo, hierarquicamente subordinada à confirmação da pena. A imprensa, portanto, naturalizou a interpretação do Tribunal de Contas da União (TCU) como a verdade factual única, enquanto os argumentos do Executivo foram enquadrados como tentativas de sobrevivência política.

Outro ponto do discurso identificado na amostra documental é a validação da impopularidade. A cobertura dos protestos pelo *El País*, por exemplo, utiliza a discrepância de números entre a Polícia Militar (1 milhão) e o Datafolha (210 mil) não para questionar a magnitude, mas para reforçar o "impacto do ato". O texto legitima a indignação difusa da classe média, pontuando que o grito de "Fora Dilma" era o imperativo das ruas, e conecta essa insatisfação diretamente à corrupção, ignorando pautas divergentes. A voz das ruas foi traduzida pela imprensa como um mandato para a destituição.

Por fim, a "catastrofização" econômica serviu como pano de fundo de urgência. Manchetes do portal *GI* como "O ano em que o Brasil andou para trás" e da *Gazeta do Povo* afirmando que o "Brasil empobrece" criaram um ambiente de excepcionalidade. A repetição de que a recessão era a "pior desde os anos 90" ou o "pior resultado em 25 anos" funcionou

como um ultimato, pois a continuidade do governo Dilma não representava apenas uma má gestão, mas uma ameaça histórica à sobrevivência econômica das famílias, justificando, portanto, medidas institucionais extremas.

Esse cenário de exaustão da imagem de Dilma preparou o terreno para a mudança de paradigma comunicacional que marcaria a ascensão do vice-presidente, cujo tratamento pela imprensa assumiria contornos distintos, conforme será analisado a seguir.

3.4. Segunda fase da cobertura: 2016–2018, rearranjos narrativos e reorientação do discurso

Seguindo a metodologia aplicada na fase anterior, o conjunto de arquivos jornalísticos de análise do governo Michel Temer foi constituído por reportagens que cobriram os marcos fundadores de sua gestão e a implementação de sua agenda econômica. Foram processados pelo software textos estruturantes como “É urgente fazer governo de salvação nacional” (*BBC Brasil*), que narra o discurso de posse, e matérias técnicas sobre a austeridade, como “PEC do teto de gastos é aprovada” (*GI*) e “Saiba o que muda com a aprovação final da PEC” (*Agência Brasil*). Além disso, incluiu-se a cobertura de momentos de instabilidade, como a reportagem “No planeta dinheiro, reformas são mais importantes que crise moral” no *El País* (MENDONÇA, 2017), para verificar como a imprensa tratou as denúncias de corrupção contra o novo mandatário.

Ao processar esses documentos, a Figura 9 revela uma ruptura. Se o encerramento do governo Dilma Rousseff foi marcado por um enquadramento de colapso e criminalidade, a ascensão de Michel Temer introduz uma nova gramática visual e discursiva. A análise demonstra que o vocabulário punitivo é substituído por termos que sugerem reconstrução e pragmatismo, como “confiança”, “reformas”, “investidores” e “estabilidade”.

O conceito de “salvação nacional”, capturado com destaque na nuvem de palavras, passa a ocupar a centralidade semântica, operando uma ressignificação da crise, o que antes era sintoma de incapacidade moral passa a ser tratado como um desafio técnico a ser superado por meio de “medidas amargas”, porém “necessárias”. Mesmo diante de escândalos graves, o software detecta que a crise política é frequentemente re-enquadrada como uma “tempestade passageira”, termo recorrente no *corpus* do *El País* (MENDONÇA, 2017), secundarizada em nome da manutenção do teto de gastos e da agenda de mercado.

Figura 9 - Nuvem de palavras sobre Temer gerada pelo CATMA

Reportagens do período 2016-2018



Fonte: gerado pelo autor com uso CATMA.

A análise revela que, enquanto para a ex-presidente os termos "irregularidades" e "pedaladas" apareciam de forma ostensiva, na cobertura de Temer há uma saturação de termos como "confiança", "estabilidade" e "reformas". Este deslocamento não é meramente estilístico, mas revela um enquadramento fiscal de natureza positiva. A aprovação da PEC do Teto de Gastos, por exemplo, é apresentada não como um arrocho social, mas como o "primeiro passo para superar a crise", silenciando-se as potenciais consequências catastróficas sobre os serviços públicos em prol de uma narrativa de "reequilíbrio" e "responsabilidade".

Um outro ponto de contraste, está no tratamento dado às crises éticas de cada governo. Enquanto as pedaladas fiscais de Dilma foram catapultadas como um crime de responsabilidade irrefutável, a crise política instalada pela delação da JBS no governo Temer recebeu um enquadramento de contenção de danos. Conforme capturado pelo software nas matérias do *El País*, a crise é adjetivada como uma "tormenta passageira". A imprensa, nesse cenário, opera o que se pode chamar de "blindagem institucional", a gravidade moral do fato é secundarizada diante da necessidade de manter o "norte" das reformas econômicas. O enquadramento sugere que a queda de Temer seria mais prejudicial ao "mercado" do que a sua permanência sob suspeita seria prejudicial à ética republicana.

Portanto, os dados analisados pelo CATMA corroboram a tese de que a imprensa não apenas noticia a crise, mas a calibra conforme o projeto econômico em jogo. A catastrofização que serviu para deslegitimar Dilma Rousseff deu lugar a um tom de austeridade condescendente no governo Temer. Onde antes havia o "crime" do excesso de gasto, agora há a "virtude" do corte, evidenciando que o *Fiscal Framing* é uma ferramenta maleável que serve para criminalizar políticas de expansão e higienizar políticas de contração, independentemente da solidez moral dos agentes políticos envolvidos.

Enquanto a cobertura do governo Dilma foi marcada pela ótica do crime e do descontrole, a análise qualitativa das matérias referentes ao início do governo Temer revela uma ruptura narrativa brusca. A imprensa operou uma troca do enquadramento fiscal-punitivo pelo enquadramento da "expectativa racional", onde a crise deixa de ser um abismo sem fim e passa a ser tratada como um problema técnico com solução agendada: as reformas.

A posse de Michel Temer foi noticiada não apenas como uma troca de comando, mas como uma mudança de "ambiente". Ao cobrir o discurso de posse, a *BBC Brasil* destaca a fala do presidente interino sobre a urgência de um "governo de salvação nacional" e amplifica o novo imperativo governamental, "não falaremos em crise: trabalharemos".

Percebe-se aqui que a imprensa acolhe o vocabulário do novo governo sem o crivo crítico aplicado à gestão anterior. Onde antes havia a "maquiagem" das contas, agora há a

promessa de "estancar o processo de queda livre" e melhorar o "ambiente de negócios". A palavra "confiança", detectada com alta frequência pelo software CATMA, não surge nas matérias como um dado da realidade concreta, mas como uma aposta discursiva projetada sobre o novo governo: "Minha primeira palavra é de confiança", destaca a manchete, naturalizando a ideia de pacificação.

A cobertura da PEC do Teto dos Gastos (PEC 241/55) é um ótimo exemplo do enquadramento fiscal positivo. A *Agência Brasil*, por exemplo, descreve a medida draconiana de congelamento de investimentos não como um corte social, mas como o "primeiro passo para superar a crise econômica e financeira". A linguagem utilizada é asséptica e tecnocrática, fala-se em "reequilibrar as contas" e impedir o aumento da dívida, enquanto os impactos em saúde e educação são apresentados como detalhes de ajuste de limites, e não como desmonte de serviços. O portal *GI* reforça essa visão ao citar governistas afirmando que a medida é "essencial", enquanto as críticas da oposição e os protestos são mencionados, mas subordinados à narrativa da vitória política da aprovação. A aprovação é celebrada como a entrega de um "produto" em meio a um vendaval.

Talvez o ponto mais revelador da atuação política da mídia neste período seja a cobertura da crise ética deflagrada pela delação da JBS (o caso Joesley Batista). Diferente do tratamento dado às "pedaladas" de Dilma, que foram convertidas em crime de responsabilidade, a imprensa financeira tratou as graves denúncias contra Temer como um ruído a ser superado em nome da economia.

Em matéria do *El País* (MENDONÇA, 2017), o título resume essa hierarquia de valores: "No planeta dinheiro, reformas são mais importantes que crise moral do Governo Temer". A reportagem utiliza fontes do mercado financeiro para enquadrar a corrupção sistêmica como uma "tormenta passageira" e uma "visão generalista" que não deveria afastar investidores. O texto chega a afirmar que os investidores encaram as desavenças políticas como "brigas de casal", minimizando a instabilidade institucional. O jornalismo, neste momento, atua explicitamente para separar a economia da política, criando uma blindagem institucional em torno da agenda de reformas. A mensagem transmite que a "solidez econômica" e a "independência do Banco Central" valem mais do que a integridade ética do ocupante da presidência.

Portanto, a análise qualitativa confirma o que os dados do CATMA sugeriram, o vocabulário de "salvação", "reformas" e "confiança" não reflete necessariamente uma melhora imediata da vida da população, mas sim um alinhamento editorial da imprensa com o programa econômico de austeridade, garantindo a Temer uma governabilidade midiática que

foi negada à sua antecessora. No próximo capítulo serão apresentadas as considerações finais da pesquisa

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a analisar o papel da imprensa brasileira, representada pelos principais veículos de grande circulação, na mediação e construção das narrativas sobre a crise político-econômica que atravessou o país entre 2014 e 2018. Ao confrontar a cobertura do final do governo de Dilma Rousseff com o início da gestão de Michel Temer, buscou-se verificar se o jornalismo atuou como um agente neutro de informação ou como um ator político ativo, capaz de modular expectativas econômicas e legitimar processos de ruptura institucional.

A pesquisa partiu da hipótese de que a mídia operou como um amplificador de legitimação discursiva, utilizando enquadramentos distintos para situações econômicas adversas, dependendo do alinhamento ideológico do governo vigente com as expectativas do mercado financeiro. A análise empírica, suportada pela ferramenta CATMA e fundamentada teoricamente na Economia Política da Comunicação e no Modelo de Propaganda de Herman e Chomsky, confirmou essa hipótese central.

Os resultados obtidos no Capítulo 3 demonstraram uma assimetria evidente no tratamento discursivo. Durante o governo Dilma Rousseff (2014-2016), a aplicação da análise de correlação de termos e das nuvens de palavras revelou a predominância de um vocabulário punitivo e criminalizante. A associação sistemática do nome da ex-presidente a termos como "crime", "irregularidades", "pedaladas" e "rombo" evidencia a consolidação do *Fiscal Framing* em sua vertente negativa. A imprensa não apenas noticiou a recessão, mas a personificou na figura da mandatária, transformando questões de gestão orçamentária em imperativos morais e jurídicos que justificaram o *impeachment* perante a opinião pública. A narrativa da "terra arrasada" foi, portanto, uma construção ativa para validar a insustentabilidade política do período.

Em contrapartida, a análise do *corpus* referente ao governo Michel Temer (2016-2018) revelou uma ruptura semântica radical. Mesmo diante de indicadores sociais ainda degradados e de graves denúncias de corrupção (como o caso JBS), o léxico jornalístico migrou do campo penal para o campo da "expectativa racional". A saturação de termos como "confiança", "reformas", "salvação" e "superar", identificada pelo software, comprova a existência de uma blindagem institucional. A imprensa atuou para separar a crise política da agenda econômica, enquadrando as denúncias contra Temer como "ruídos" ou "tempestades passageiras" que não deveriam atrapalhar o "norte" das reformas, como a PEC do Teto de Gastos.

Conclui-se, portanto, que a "confiança", variável chave na teoria econômica keynesiana para a retomada do investimento, não foi tratada pelos jornais como um dado da realidade, mas como um ativo político concedido a um governo é retirado de outro. A mídia brasileira, agindo sob os filtros da propriedade, do financiamento e da ideologia, cumpriu a função de *gatekeeper* seletivo: interditou o debate sobre alternativas econômicas no governo Dilma e naturalizou a austeridade como única via técnica e "salvadora" no governo Temer.

É interessante notar que o alinhamento discursivo observado neste estudo se consolidou, nos anos seguintes, em uma radicalização editorial de certos veículos. O jornal *Gazeta do Povo*, citado neste trabalho pela cobertura crítica à recessão, migrou posteriormente de um conservadorismo econômico clássico para uma linha editorial abertamente alinhada à nova direita, evidenciando que o 'filtro ideológico' do Modelo de Propaganda pode deixar de ser um mecanismo implícito para se tornar a própria identidade comercial do veículo.

Por fim, cabe observar uma dissonância entre a narrativa e a realidade econômica posterior. Embora o governo Temer tenha gozado da 'confiança' e da 'blindagem' midiática identificadas pelo software CATMA, a recuperação do PIB nos anos seguintes foi lenta e anêmica. Isso sugere que o 'Estado de Confiança' tão valorizado pela cobertura econômica, é uma variável necessária, mas insuficiente. A imprensa vendeu a ideia de que a simples troca de comando e o ajuste fiscal trariam a bonança automática, uma promessa que a realidade dos dados macroeconômicos subsequentes se encarregou de frustrar.

Dessa forma, este estudo reitera que a compreensão das crises institucionais no Brasil contemporâneo não pode prescindir da análise do papel da imprensa. Mais do que observar a economia, os grandes jornais atuaram para performar a economia, convertendo interesses de classe e preferências do mercado financeiro em consenso nacional. O *impeachment* de 2016 e a subsequente agenda de reformas não foram apenas frutos de arranjos parlamentares, mas produtos de uma construção discursiva que criminalizou a política fiscal desenvolvimentista, evidenciando o poder da mídia em definir os limites do que é considerado legítimo na democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gastos Públicos**. Agência Brasil, Brasília, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ALMEIDA, A. T. S.; LIMA, V. T. L. da S. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: da reeleição ao processo de *impeachment*. **Encontros**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 102–112, 1º sem. 2016.

AMORIM, Felipe; PRAZERES, Leandro; MARCHESAN, Ricardo. **Senado aprova impeachment de Dilma, e Temer é efetivado presidente do Brasil**. UOL, Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BBC BRASIL. **'É urgente fazer governo de salvação nacional', afirma Temer ao empossar ministros**. BBC News Brasil, Brasília, 12 maio 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160510_novo_governo_pai. Acesso em: 15 dez. 2025.

BENITES, Afonso. **Supremo decide, por 8 votos a 2, que impeachment prossegue na Câmara**. El País Brasil, Brasília, 15 abr. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460687713_055409.html. Acesso em: 20 dez. 2025.

BORGES, Rodolfo. **Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rousseff**. El País Brasil, São Paulo, 2 dez. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRESCIANI, Eduardo. **TCU investiga repetição de 'pedaladas' em 2015**. O Globo, Rio de Janeiro, 16 out. 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/516371/noticia.html?sequence=1>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CATMA. **Computer Assisted Textual Markup and Analysis**. Versão 6. Hamburgo: Universität Hamburg, 2024. Disponível em: <https://catma.de>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 1988.

COMUNICÓLOGOS. **Chomsky's Propaganda Model**. Disponível em: <https://www.comunicologos.com/english/theories/chomsky-s-propaganda-model/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

COSTAS, Ruth. **Como se chegou à pior recessão desde os anos 90?** BBC Brasil, São Paulo, 1 dez. 2015. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_pib_terceirotri2015_ru]
Acesso em: 07 jan. 2026.

EKANAYAKE, E. M. Commodity prices and the Brazilian stock market: evidence from a structural VAR model. **Commodities**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 472-493, dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/commodities3040027>. Acesso em: 01 jan. 2026.

EL PAÍS. **Uma multidão protesta contra o Governo Dilma**. El País Brasil, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html. Acesso em: 20 dez. 2025.

ESTADO DE S. PAULO. **Confiança**: Por que o Brasil parou. São Paulo, [2015]. Infográfico. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/confianca.php>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ESTADO DE S. PAULO. **Editorias de Política e Economia**. São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERES JUNIOR, J.; SASSARA, L. A grande imprensa brasileira e a construção da coalizão do *impeachment*. **Revista Media & Jornalismo**, v. 16, n. 29, p. 109–125, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. **Dilma mantém 'pedaladas fiscais' em 2015 mesmo sob contestação do TCU**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1645916-reprovadas-pelo-tcu-pedaladas-com-bancos-continuam-a-ocorrer-em-2015.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Editorias de Política e Economia**. São Paulo. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

G1. **Economia em 2015**: o ano em que o Brasil andou para trás. Rio de Janeiro, 29 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

G1. **PEC do teto de gastos é aprovada em 2º turno no Senado e será promulgada**. G1, Brasília, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/pec-do-teto-de-gastos-e-aprovada-em-2-turno-no-senado-e-sera-promulgada.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2025.

GAZETA DO POVO. **Brasil empobrece pelo 2º tri seguido**: PIB per capita recua 1,2% entre julho e setembro, no 7.º resultado negativo consecutivo. Curitiba, 1 dez. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-empobrece-pelo-2-tri-seguido-1mgp67o0or3s6fl4fnfsqd3y3/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GOLDSTEIN, A. **A nova direita na América Latina**: o caso do Brasil. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Conceito de *Animal Spirits* e Estado de Confiança)

McCHESNEY, R. W. **The political economy of media**: enduring issues, emerging dilemmas. New York: Monthly Review Press, 2008.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRAZIL. **Geographic concentration**.: Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes, [2017]. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/en/findings/geographical-concentration>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENDONÇA, Heloísa. **No planeta dinheiro, reformas são mais importantes que crise moral do Governo Temer**. El País Brasil, São Paulo, 5 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/economia/1496321762_901545.html. Acesso em: 20 dez. 2025.

RODRIGUES, T. F. O papel da mídia nos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 37–58, ago./nov. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1108>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SODRÉ, M. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 2006.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators database**. Washington, D.C.: The World Bank, 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 30 abr. 2025.

VALOR ECONÔMICO. **Editorias de Política e Brasil**. São Paulo. Disponível em: <https://valor.globo.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

APÊNDICE A - USO DO CATMA

Este apêndice A apresenta o detalhamento metodológico dos procedimentos adotados para a análise qualitativa realizada através da ferramenta *Computer Assisted Textual Markup and Analysis* (CATMA), versão 6, conforme discutido no Capítulo 3 desta Monografia. A constituição do corpus documental, ou seja, das matérias selecionadas de cada período, obedeceu às delimitações temporais e aos critérios de relevância jornalística já estabelecidos na metodologia da pesquisa.

Para a execução da análise comparativa, foram processadas um total de dez matérias jornalísticas de grande circulação nacional. Para o primeiro recorte temporal, referente ao final do governo Dilma Rousseff (2014-2016), foram selecionadas seis matérias que cobriram desde as denúncias iniciais sobre as manobras fiscais até a execução do impeachment. Já para a segunda fase, compreendendo o início do governo Michel Temer (2016-2018), foram utilizadas quatro matérias focadas na posse, na aprovação da PEC do Teto de Gastos e na repercussão das denúncias da JBS. A seleção priorizou textos que sintetizassem os momentos de maior tensão institucional e definição de rumos econômicos em cada período.

O processamento no ambiente do CATMA iniciou-se com a inclusão dos textos digitais e a aplicação de filtros de exclusão para *stop-words* (artigos, preposições e conectivos). A geração das Nuvens de Palavras (*Word Clouds*), apresentadas nas Figuras 8 e 9 do trabalho, seguiu o critério de Análise de Frequência (*Frequency List*). O algoritmo do software calculou a recorrência absoluta de termos nos textos selecionados, dimensionando visualmente as palavras de acordo com seu peso estatístico, quanto maior a frequência de aparição do termo no corpus de 6 ou 4 matérias, maior o seu tamanho na representação gráfica.

Para refinar essa visualização e permitir a análise de enquadramento, foi criado um sistema de marcação manual sobre o texto corrido das reportagens. Foram estabelecidos três eixos de agrupamento. O primeiro momento, definido como "Enquadramento Punitivo/Crise", agrupou a ocorrência de termos como "crime", "pedaladas", "crise", "rombo", "dívidas", "gastos", "irregularidades", "rombo", e é importante ressaltar que as palavras no plural se fundem aos momentos em que a mesma palavra aparece no singular, se contribuindo com a contagem final. O segundo momento, denominado "Enquadramento de Confiança/Recuperação", rastreou os seguintes termos: "recuperação", "confiança", "reformas", "estabilidade", "salvação", "investidores" e "essencial". Por fim, o terceiro eixo identificou os atores políticos centrais, permitindo ao software cruzar a proximidade textual entre os nomes dos presidentes e os adjetivos utilizados para descrever suas gestões.